



## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

### 1. Da Definição do Objeto

1.1. Trata-se de contratação de empresa especializada em prestação de serviços de telefonia fixa e PABX Virtual, incluindo equipamentos necessários para o bom funcionamento da telefonia desta Câmara Municipal de Amambai/MS, por um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme necessidades e interesses entre as partes.

1.2. A empresa contratada deverá prestar os seguintes serviços:

Item	Unid.	Quantidade	Descrição
1	Mês	12	Prestação de serviços de telefonia fixa e PABX Virtual, incluindo equipamentos necessários para o bom funcionamento da telefonia desta Câmara Municipal de Amambai/MS, por um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme necessidades e interesses entre as partes.

1.3. Informações Complementares:

1.3.1. Os serviços de telefonia fixa e PABX deverá possuir ainda:

- ♦ Telefonia fixa:- Mínimo 800 min locais
  - Mínimo 800 min LDN
  - Mínimo 350 min móvel
  - Mínimo duas linhas adicionais
- ♦ PABX Virtual: - Uma central telefônica virtual
- ♦ Equipamentos Adicionais: - Banco mínimo 32 canais
  - Uma mesa atendedora.

### 2. Justificativa da Contratação

2.1. Os serviços de telefonia a serem contratados por esta Câmara Municipal são essenciais ao bom funcionamento dos serviços administrativos e legislativos desta Casa de Leis, tanto para os contatos externos como para os internos.





# Câmara Municipal de Amambai

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## 3. Modalidade de Contratação

3.1. O valor total obtido na estimativa de preços fará parte do processo administrativo da contratação e será classificado como **SIGILOSO** e, ainda, será obtido concomitantemente à obtenção da melhor proposta, com isso as empresas interessadas não terão acesso às propostas apresentadas.

3.2. Por ser um procedimento de contratação direta fundamentada no art. 75, II, da Lei 14.133/21 – dispensa em razão do valor -, e ainda, considerando o interesse da Administração em obter o maior número de propostas de preços, primando pela transparência do procedimento, pela ampliação da concorrência entre as empresas interessadas no objeto e pela economicidade, a Câmara Municipal de Amambai/MS realiza, nesse momento, divulgação prévia à contratação, no prazo de 03 (três) dias úteis, no Portal Nacional de Contratações Públicas - <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, contendo a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, mesmo não sendo o caso definido no art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

3.3. As empresas interessadas nesse objeto deverão enviar suas propostas no e-mail [licitacao@amambai.ms.leg.br](mailto:licitacao@amambai.ms.leg.br), até o dia 16 de outubro de 2025 e, nesse dia, até às 17 h, horário de Brasília/DF.

## 4. Razão de Escolha do Prestador de Serviços

4.1. Conforme descrito nos autos do processo administrativo do qual decorrerá essa dispensa de licitação, a razão da escolha do prestador dos serviços basear-se-á no menor valor do único item primando pela economicidade financeira da despesa.

## 5. Do Contrato

5.1. O contrato a ser firmado com a empresa telefônica e seguirá modelo de adesão fornecido pela empresa prestadora dos serviços.

6.2. O objeto contratado terá vigência de 12 (doze) meses, não havendo cláusulas de fidelidade podendo ser prorrogado, de acordo com os ditames da Lei nº 14.133/21.

## 6. Descrição dos Serviços

6.1. Os serviços de telefonia deverão estar disponíveis diariamente, 24h, durante 07 dias por semana.

6.2. O pagamento da nota fiscal/fatura será realizado de uma única vez, mensalmente, em sua totalidade, no prazo máximo de 30 (dias) dias após a emissão da nota fiscal dos serviços.





# Câmara Municipal de Amambai

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

6.3. A empresa telefônica deverá disponibilizar o sistema em pleno funcionamento, incluindo os equipamentos necessários e descritos neste Aviso de Dispensa, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviços.

6.4. Os serviços deverão ser realizados por profissional técnico capacitado com amplo conhecimento do funcionamento e características do serviço.

6.5. A empresa telefônica deverá disponibilizar central de atendimento para sanar dúvidas ou solicitar reparos no sistema.

## 8. Requisitos de Habilitação e Qualificação Mínima Necessária

8.1. Os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para a contratação dos serviços serão aquelas definidas na Lei nº 14.133/21, devidamente ajustadas às características do objeto.

### i) Habilitação Jurídica

a) No caso de **pessoa física** será exigida a célula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Para o **empresário individual (EI)** será exigida a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede da licitante. Para o Microempreendedor Individual (MEI), o Certificado da Condição de MEI (CCMEI);

c) Para a **sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal (SLU)** será exigida a inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede da licitante, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Para a **sociedade simples** será exigida a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Para **sociedade cooperativa** será exigida a ata de fundação e estatuto social em vigor com as respectivas alterações, registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede da licitante, acompanhado da ata que o aprovou, certificado de registro da cooperativa na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou na entidade estadual, se houver; ata da assembleia de eleição do órgão de administração com mandato vigente; regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da





# Câmara Municipal de Amambai

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

licitação; demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados. As cooperativas de trabalho, além de apresentar esses documentos, devem comprovar que o objeto da licitação se enquadra nos serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa;

- f) Para **consórcio de empresas** será exigida a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, além da indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- g) Para **sociedade empresária estrangeira** com atuação permanente no país será exigida a portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME 77/2020.

## ***ii) Regularidade Fiscal e Trabalhista***

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.** A empresa deverá apresentar um único CNPJ, não podendo filial ou subsidiária substituir matriz quando esta for a participante e vice-versa, com a devida atividade do objeto da licitação.
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da licitante**, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **Prova de regularidade à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) **Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)**, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida pelo site ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)).

## **9. Das obrigações das partes**

### **9.1. Da Contratada**

9.1 Disponibilizar a Câmara Municipal um atendimento diferenciado em horário comercial, preferencialmente por consultores devidamente nomeados para tal função;

9.2. Executar, sempre que possível, diretamente o objeto da contratação, através de seus próprios meios e de profissionais que deverão possuir qualificação adequada ao tipo de serviço que estiver sendo realizado, conforme o estabelecido neste Termo de Referência;





# Câmara Municipal de Amambai

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- 9.3. Entregar os serviços com qualidade e sem interrupção de fornecimento da linha telefônica;
- 9.4. Responder por danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo ou ainda de terceiros a serviço da CONTRATADA, quando da execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 9.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Câmara Municipal, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 9.6. Comunicar, imediatamente por escrito, a Câmara Municipal qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, independentemente de solicitação por parte da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis;
- 9.7. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e representantes indiretos (terceirização do serviço), obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento dos serviços em tela neste Termo de Referência;
- 9.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços adquiridos pelo CONTRATANTE;
- 9.10. Fornecer o objeto do contrato, estritamente dentro dos padrões mínimos exigidos pela legislação vigente e diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica;
- 9.11. Encaminhar à Câmara Municipal Fatura correspondente a entrega dos serviços contratados.
- 9.12. Permitir à Câmara Municipal de Amambai a portabilidade para outra operadora, conforme o caso, sem custos adicionais.
- 9.13. Manter, enquanto permanecer o contrato vigente, o número de telefone 67 3481-1551 exclusivamente em favor da Câmara.







# Câmara Municipal de Amambai

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## 9.2. Da Contratante

- 9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, atestar nas notas fiscais/faturas/recibos da efetiva prestação dos serviços.
- 9.2.2. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços.
- 9.2.3. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 9.2.4. Solicitar a manutenção do sistema telefônico de responsabilidade da contratada.
- 9.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 9.2.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.
- 9.2.8. Solicitar o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes ou, conforme o caso, abater no pagamento tais encargos.
- 9.2.9. Realizar o pagamento até o vencimento da fatura, desde que devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
- 9.2.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.
- 9.2.11. Indicar o local onde serão instalados os equipamentos adicionais para o bom funcionamento do sistema telefônico.
- 9.2.12. Realizar o pagamento no prazo acordado, após a entrega regular do serviço pelo prestador dos serviços.

## 10. Das Sanções Administrativas

10.1. A contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;





# Câmara Municipal de Amambai

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances

12.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a prestadora dos serviços poderá sofrer às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, lhe concedendo sempre a garantia da prévia defesa:

a) Advertência;

b) Multa de até:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o segundo dia de fornecimento ininterrupto de serviços telefônicos contratados, sobre o valor do objeto contratado;

b.2). 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado após ultrapassado o prazo de 02 dias de não fornecimento dos serviços, ou no caso de não entrega dos serviços, ou sua entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

b.3). 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

c) impedimento de licitar e contratar.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;





# Câmara Municipal de Amambai

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## 13. Critérios de Medição e Pagamento

13.1. O pagamento será efetivado de acordo com os serviços prestados, descritos na nota fiscal/fatura mensal.

13.2. O pagamento será efetivado mediante apresentação do relatório de execução dos serviços, conforme previsto neste aviso de dispensa e a nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, sendo que a Contratada deverá ter conta pessoa jurídica em seu nome para que possa ser efetuado o pagamento.

13.3. O pagamento será efetuado em até a data de vencimento da fatura.

## 14. Adequação Orçamentária

14.1. Os recursos orçamentários necessários à contratação de empresa para a prestação de serviços telefônicos, correrão pelo Orçamento desta Câmara Municipal de Amambai/MS, no exercício de 2025, na classificação orçamentária a ser apresentada pelo Setor de Contabilidade desta Casa.

Amambai/MS, 10 de outubro de 2025.

**EDINÉIA FERNANDES DE SOUZA**  
**Agente de Contratação**  
**Câmara Municipal de Amambai**

